

Entrevista a Jordi Gracia

INÊS ESPADA VIEIRA *

Jordi Gracia é ensaísta e professor catedrático de Literatura Espanhola na Universidade de Barcelona. Como crítico literário, tem colaborado com os jornais El País, La Vanguardia e El Periódico de Cataluña. Autor de diversos livros sobre literatura e a história intelectual de Espanha nos séculos xx e xxi, da sua obra destacamos os trabalhos pioneiros Estado y cultura: el despertar de una conciencia crítica bajo el franquismo (1996) e La resistencia silenciosa: fascismo y cultura en España (2004). Mais recentemente, editou, entre outros, El ensayo español: siglo xx (2009), A la intemperie: cultura y exilio en España (2010) e El intelectual melancólico (2011). A 18 de Fevereiro de 2011, esteve na Faculdade de Ciências Humanas, onde proferiu uma conferência intitulada «La cultura del desacato». Falámos com ele sobre as relações dos intelectuais com o poder, tanto no contexto dos totalitarismos europeus do século xx, como no da actualidade, em que a função intelectual se exerce muitas vezes nos meios de comunicação como a rádio, a televisão e a imprensa. Para o ensaísta, a fama e a popularidade que advêm de uma actividade intelectual intensa e notável não diminuem a qualidade do intelectual.

* Assistente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

A primeira pergunta talvez seja ao mesmo tempo a mais simples e a mais difícil: o que é um intelectual?

Um intelectual é um indivíduo civil que sente o compromisso de intervir no espaço público para expressar o seu ponto de vista, num raio de acção e num campo de intervenção que tem necessariamente de transcender o que é a sua especialização profissional. Fá-lo com vontade de modificar os critérios dos seus interlocutores, ouvintes ou leitores, na medida em que actua como alguém com vontade de transformação do espaço público e se sente comprometido com ele.

Nos seus trabalhos *Estado y cultura* (1996) e *La resistencia silenciosa* (2004), fala-nos do trabalho de muitos intelectuais durante o franquismo. Como é possível falar de pensamento livre, que é o pensamento intelectual, no seio de uma ditadura?

É possível delimitando que os intelectuais não intervêm apenas no espaço público para o modificar, transformar ou subverter, mas também para o ratificar e estabilizar, isto é, para proteger esse espaço público. O que aconteceu no franquismo, como em qualquer ditadura ou Estado totalitário, é a tentativa de fazer emergir determinadas vozes de carácter intelectual, político, cultural, que contrabalançavam, impugnavam, questionavam o discurso oficial, que era o que tinha o verdadeiro peso. A vida pública era dominada por esse discurso, e o que me interessou avaliar foi o modo como alguns sectores intelectuais, embora estando dentro do sistema, foram modificando as suas próprias atitudes, e como outros, que nunca tinham estado dentro do sistema, começaram a atrever-se a intervir no espaço público, com as cautelas, as estratégias, as tácticas que permitissem fazer ouvir vozes que de outro modo teriam sido impedidas de transmitir qualquer coisa que não fosse a voz única, oficial e pública que era a do sistema, a do regime.

Ou seja, não eram só intelectuais «contra»...

Não, claro que não. Todos os sistemas políticos têm os seus legitimadores intelectuais, e esses legitimadores nascem provavelmente do mesmo lugar onde nascem aqueles que vão ser os impugnadores do mesmo sistema: o universitário, a vida cultural, a vida intelectual, a literatura, os estudantes... e daí podem nascer personagens dispostas a ratificar e a consolidar o seu sistema, como Manuel Fraga Iribarne, ministro de Franco que depois foi presidente da comunidade autónoma galega. Ou então aqueles que estão dispostos a rebentá-lo: Enrique Tierno Galván, um marxista de formação, catedrático

da Universidade de Salamanca. Continuará a sê-lo depois da morte de Franco e chegará a presidente da Câmara de Madrid. Ambos nascem do mesmo sítio: mas um tenta transformar o sistema, torná-lo uma democracia mais ou menos europeia; o outro o que procura é a consolidação desse mesmo sistema, dentro de determinados critérios de modernização, é certo, que é o caso de Fraga. Cito estes dois casos, mas é evidente que podiam ser muitos mais.

Então, de que modo é que a experiência ditatorial do franquismo condicionou o exercício do ofício intelectual na Espanha democrática?

Condicionou totalmente. Totalmente quer dizer que a capacidade de a vida intelectual espanhola se adaptar e se deixar contagiar pela modernidade europeia foi muito mais lenta, como no caso de Portugal, do que foi em França, Inglaterra ou na Alemanha derrotada do nazismo. Claro que contou muito. Contou como elemento repressor-chave contra o qual era preciso agir. E isso só se pôde fazer pela via do que disse antes: as estratégias, os pactos, os consensos, as cumplicidades, os duplos sentidos, a linguagem dupla, o ser capaz de aprender a combater a ditadura do ponto de vista intelectual sem censura. O documento, o livro, o ensaio ou o artigo tinham de ser capazes de passar o filtro da censura, mas ao mesmo tempo tinham de conseguir estimular uma resposta no leitor, uma resposta crítica, uma resposta de cumplicidade. E é verdade que este é um sistema aberrante do ponto de vista da modernidade democrática.

E pensa que esse passado continua a ter influência na forma de ser intelectual hoje, na Espanha democrática?

Não, creio que na Espanha de hoje, 2011, não. Outra coisa é que ainda haja alguns elementos do debate público espanhol que sejam consequência de ter havido uma guerra civil e uma ditadura de quase quarenta anos. Dessa forma, sim, há elementos. Mas não creio que esse passado condicione hoje o modo como a vida intelectual espanhola se comporta. A tentação é dizer que sim, isto é, que as tensões ou as rivalidades entre uma direita muito católica, muito tradicionalista que não condenou de maneira categórica o franquismo, e os sectores mais democráticos, socialistas, social-democratas, de esquerda, etc... essas tensões poderiam fazer-nos pensar que é uma herança do sistema intelectual franquista. Não me parece. Penso que tem que ver com outros elementos de falta de educação democrática, mas não necessariamente porque a ditadura continue a pesar como uma sombra que não nos deixa ser livres. Mentira, isso não é verdade.

Mudando um pouco de tema, considera que há um modo de ser intelectual em diferentes culturas? Há um modo de ser intelectual português, francês, espanhol, ou a diferença é entre o intelectual europeu, o intelectual árabe, o intelectual africano?

Não me atreveria a ir tão longe. Arriscaria antes a dizer que o intelectual responde a distintas tipologias que, efectivamente, têm que ver com distintas condições históricas, mas que é uma má explicação. Por exemplo, de que modo Victor Klemperer foi um intelectual de primeira linha na Alemanha nazi? Foi-o em silêncio, em sua casa e sem que ninguém se desse conta. Demo-nos conta quarenta anos mais tarde.

E isso é ser intelectual? Onde fica a dimensão pública de que falámos antes?

No silêncio e na não cumplicidade com o sistema. No não haver outro remédio. A única coisa que Klemperer podia fazer era registar em privado e em segredo a aberração de que estava a ser vítima e espectador. O que te garanto que não ia fazer era como Heidegger. Heidegger, como intelectual alemão, mostra-se a favor do nazismo. Esse papel, Klemperer não o vai desempenhar nunca. Por isso, o silêncio e a omissão são a única via que às vezes a história permite, perante um sistema de poder tão destruidor como o nazismo. Acontece o mesmo em Espanha, acontece o mesmo em qualquer sistema ditatorial. Ou com os exilados. Vem-me à cabeça Jorge de Sena. Na carta que escreve a Vergílio Ferreira, diz-lhe que está a escrever *Sinais de Fogo*, mas que esse romance aqui não se pode publicar. Portanto, eu responderia à tua pergunta não em termos geográfico-nacionais – não existe um intelectual espanhol –, mas em termos de tipologia intelectual, e em termos de história e sociedade, isto é, em que fase determinado país está.

Ontem, um colega comentava o título da tua conferência, «La cultura del desacato», e dizia que nós, portugueses, somos especialistas nisso. Pergunto: somos? Há algum povo que seja realmente especialista num tipo, numa forma de cultura? Diria que estas estratégias não são de cultura, mas de conjuntura...

São de conjuntura e de tipologia. Vejamos, o facto de o pensamento iluminista do século XVIII surgir em França não é um acaso. Mas não ser um acaso não quer dizer que seja porque os franceses são especiais, mas sim que o nível de desenvolvimento social, político, de tensão, etc., permitiu a capacidade de engendrar um Rousseau, um Voltaire, um D'Alembert e um Diderot,

e isso já é outra coisa. Isto é, isso corresponde ao estado de progresso, de transformação, de mudança social de cada sociedade. E não é por acaso que a Espanha do pós-guerra – pelo menos durante vinte ou trinta anos – tenha dado um pensamento muito pobre em termos filosóficos. Porém, também não é por acaso que nos últimos quarenta anos o pensamento filosófico, o ensaio de filosofia moral, o ensaio de pensamento, tenha ganho uma outra envergadura. Já tinha sido assim, mas tinha perdido envergadura durante o primeiro pós-guerra. Não é por acaso nem tinha de ser: é que historicamente esteve impedido, não havia espaço para o fazer.

E hoje, ainda há intelectuais? No meio de tanta crise de mercados, de tanto desemprego, de tantas questões do nosso mundo, ainda há lugar para o intelectual?

É claro que há. O que acontece é que a função do intelectual mudou, porque se pulverizou, diversificou e degradou. Degradou não é no sentido de dizer que o intelectual foi perdendo o seu nível de qualidade. O que acontece é que a função intelectual que se desenvolve numa sociedade se foi multiplicando de tantas formas pequenas, minoritárias, fulgurantes de intervenção, que parece que não há actividade ou crítica intelectual. Não, não, claro que existe. Mas funciona através de tantos canais, tantos níveis, tantos públicos... O público já não existe. Há muito tempo, pelo menos há meio século, que o que existe são públicos, estratos de públicos. O consumidor de um determinado programa televisivo, de uma determinada revista ou rádio, não é o consumidor de uma determinada editora ou de um jornal. Aí não há contágio.

A utilização dos meios de comunicação, em particular a televisão e a Internet, tira credibilidade ao trabalho intelectual, ou é só um outro meio?

Eu penso que há uma mudança de meio e que o efeito causado pela proliferação de canais, digamos, com mensagem intelectual é o descrédito do intelectual. Acontece que é bom que o intelectual que aparece nesses programas e debates seja desacreditado. Costuma ser desinformado, fala de tudo, não sabe o que diz.

Então, é mesmo um intelectual?

Não, penso que não. Mas o efeito que causa, sim, é o de um intelectual, porque haverá sempre um ouvinte inocente, em sua casa, que acredita que aquele senhor tem um atributo particular para estar nessa mesa a dizer esses disparates.

E o intelectual, o homem de erudição, de cultura, de pensamento, hoje em dia pode dar-se ao luxo de não aceitar um convite, por exemplo, para ir à televisão?

Pode escolher.

E pode andar no Facebook?

Claro que pode. Pode e deve, se gostar. Eu penso que cada um pode seleccionar o lugar onde intervém e em que tipo de meio se sente com maior capacidade. Félix de Azúa, que é uma personalidade que aprecio muito, e que é cronista na imprensa há mais de quarenta anos, fá-lo sob uma fórmula cínica de dizer: que eu, sim, estou disposto a degradar-me e a passar por espirituoso e simpático e escrever com este estilo para que me entendam, porque gosto do ofício. Mas entende perfeitamente que haja outro perfil de intelectual que decida que não, que ele não desce do seu nível para o nível massivo e popular de um jornal, como o *El País* ou o *El Periódico*. Penso que é legítimo que cada um decida para o que serve e se isso o estimula a fazer ou não. Uma pessoa pode decidir se quer fazer parte ou não, por exemplo, de um painel de debate na rádio, mas não penso que haja uma obrigação moral em aceitar; deve ser uma escolha legitimamente livre da parte do intelectual.

Então, o ser-se intelectual continua a estar no homem e não no meio onde este vai agir.

Claro que sim, é uma escolha própria e faz parte dos interesses desse indivíduo, desse profissional da cultura.

Falando então desse profissional que tem uma relação com os seus públicos, podemos falar de intelectuais-celebridade? Agora estou a pensar em intelectuais e não em celebridades que se fazem passar por intelectuais. Um intelectual pode ser famoso também? Pode ter os seus fãs?

George Steiner é famoso? Steiner, um crítico muito importante, é um intelectual? Sim. É famoso? Sim. Octavio Paz foi um intelectual crucial para o mundo hispânico. Foi famoso? Sim, deram-lhe o Prémio Nobel e tornou-se famoso. Ser famoso é condição indispensável para ter impacto real na vida intelectual? Penso que é ao contrário. A consequência de uma actividade intelectual combativa, brilhante, persuasiva, hiperactiva acaba por ser uma certa fama, que pode ir crescendo muito ou pouco, mas digamos que as muitas vendas ou a muita popularidade não anulam a qualidade do intelectual. É um velho vício que temos, diria, na Península Ibérica – diria que não é

só espanhol – pensar que quem é muito famoso e vende muito é mau. Isso também não quer dizer que todos os que vendem muito são bons. Mas o que convém é livrarmo-nos da falácia de que quem é popular e vende muito é necessariamente um produto degradado e desqualificado por essa popularidade.

Então, qual é o papel presente e futuro do intelectual na sua relação específica com a política?

Não me arriscaria a fazer grandes diagnósticos sobre isso. Não creio que seja muito diferente do que foi antes, salvo o facto de terem mudado os canais através dos quais funciona a opinião pública e a função intelectual no âmbito político. Foi isso que variou. Não creio que haja um papel diferente do que entendemos desde a modernidade, e nem vou ao século XVIII, fico-me por Zola, nos finais do século XIX e princípios do século XX em toda a Europa. Não penso que seja muito diferente da função que o intelectual desempenha hoje em dia. O que variou foi a capacidade para se tornar porta-voz oracular dos interesses de não se sabe que grande massa. Isto é, o papel de um intelectual como Jean Paul Sartre, esse sim, acabou-se. Mas ainda bem que acabou. Não por Sartre, mas porque era uma espécie de subdesenvolvimento da vida intelectual dos cidadãos europeus, estarem à espera de saber o que o oráculo diz para saber o que é que vão pensar hoje sobre Cuba. Agora multiplicam-se as vozes credíveis. Agora, felizmente, há muito mais vozes credíveis do que antes, embora acabemos por ter o efeito contrário, porque se multiplicaram tanto que há muitas credíveis, mas muitíssimas mais que não o são. Quero dizer de pouca honradez, de pouca preparação, de pouca estatura intelectual.

Que afinal de contas não são intelectuais...

Ou intelectuais muito degradados. O intelectual não se qualifica necessariamente pela positiva. Um intelectual pode ser um perfeito desgraçado, mas exerce o papel de intelectual, e a sua conduta pode ser realmente ignóbil. Ser intelectual não é necessariamente uma conotação positiva da função pública, diria eu. Por isso recordei ao princípio que os sistemas ditatoriais e autoritários se nutrem de intelectuais. De que se poderiam nutrir? De intelectuais que formulam as suas teses políticas, as suas formas de legitimação, que constroem o aparelho teórico ideológico, para que esse Estado se sinta armado como Estado. Bem, isso é função intelectual.

Podemos usar a mesma palavra para definir essas pessoas e os intelectuais, diria, tradicionais?

Provavelmente não podemos usar a mesma palavra, mas o que não podemos escamotear é que o intelectual pode ser um homem vendido ao poder e portanto fazer parte desse poder. Até mais: o intelectual que actua como elemento regenerador da vida pública e depois se transforma no contrário, num elemento perturbador da vida pública. O intelectual pode mudar de atitude, de posição, em função de como muda o seu próprio contexto político e cultural imediato, e aqueles que foram valores de grande força regeneradora, progressista, transformadora, de lucidez, podem transformar-se também depois em obstáculos, tampões, numa fase distinta, dessa mesma sociedade. Só que, então, tudo terá mudado. É aqui que intervém o tempo. Quem era determinado indivíduo há cinquenta anos, e quem é cinquenta anos depois, na sua primeira juventude e no seu final.

A evolução não será necessariamente de um jovem brilhante para uma pessoa velha e cansada...

Não, claro, pode ser ao contrário. Espanha e qualquer cultura europeia têm casos de ida e volta, nos dois sentidos, entre outras razões porque não podemos prever nem predefinir um comportamento estável, na medida que as histórias sociais, culturais e políticas da Europa foram muito diferentes. Alguém imaginaria Leonardo Sciascia na Itália de hoje? O que estaria a fazer? Umberto Eco está, mas o seu nível de incidência tem vindo a decair e parece que já não existe. Mas existe, claro, só que tem a idade que tem, e o poder mediático de Berlusconi é avassalador para controlar esse tipo de vozes e impedir que se façam ouvir ou que tenham uma audiência significativa.

Entrevista realizada em 18 de Fevereiro de 2011, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

[tradução de Inês Espada Vieira]